

Senado corta gasto com serviços

BRASÍLIA — O Senado suspendeu ontem todos os processos de renovação de contratos com empresas prestadoras de serviços que poderiam ser feitos pelos próprios funcionários da Casa. Cerca de Crs 20 milhões por mês são gastos com essas empresas, o que representa para o Senado um gasto adicional, ao ano, de Crs 240 milhões pagos por trabalhos que seu próprio pessoal, que foi desviado para outras funções, poderia executar.

São pedreiros que trabalham como motoristas, eletricitistas que prestam serviços nos gabinetes ou seguranças que atuam como assistentes de plenário. Um primeiro passo para a redução desses custos foi tomado esta semana pelo diretor-administrativo, Antônio Carlos Nantes de Oliveira, que baixou uma portaria determinando a volta dos funcionários às suas funções

de origem.

O raciocínio é simples: se os eletricitistas estão cumprindo as atribuições para as quais foram contratados não há necessidade de o Senado manter o contrato que tem com uma empresa exclusivamente para a troca das lâmpadas da Casa. Essa é só uma das anomalias criadas pelo desvio de função, que atinge de dois mil a quatro mil dos 5,7 mil servidores do Senado. Também são contratadas empresas de pintura, quando há pintores no quadro da instituição, ou empresas de engenharia que realizam serviços que poderiam ser feitos pelos 16 engenheiros do Senado.

Esses não são os únicos contratos que estão na mira da administração da Casa. Oliveira já declarou que pretende rever o contrato com a Xerox, que atualmente mantém 144 máquinas copiadoras

dentro do Senado. Cada senador dispõe de uma máquina em seu gabinete. A determinação de Oliveira é reduzir este número para 20 e instalar centrais de fotocópias. O mais grave do contrato atual é que ele prevê um preço mensal equivalente a 1,6 mil cópias. Se um senador tirar uma ou 1,6 mil cópias, o preço é o mesmo.

A redução dos custos para a administração do Senado tornou-se um imperativo diante da intenção do Executivo de reduzir as despesas orçamentárias no próximo ano. Fontes do Ministério da Economia informaram que o Senado enviou um orçamento de Crs 6 bilhões (valores de maio) para 91. O ministério pretende reduzi-lo para pouco mais de Crs 2 bilhões. Outro caminho que Oliveira pretende trilhar para cortar gastos é a redução das funções gratificadas.

04 AGO 1990